

Escritos de presos: Abdias Nascimento e a Penitenciária do Estado em São Paulo (1943-1944)



Fernando Salla

Universidade de São Paulo

São Paulo, SP – BRASIL

lattes.cnpq.br/9106641700554750

fersalla@gmail.com



orcid.org/0000-0002-3302-4573



Marcos César Alvarez

Universidade de São Paulo

São Paulo, SP – BRASIL

lattes.cnpq.br/6408169127073219

mcalvarez@usp.br



orcid.org/0000-0001-5984-9082

 /tempoargumento

 @tempoargumento

 @tempoargumento

Editores Responsáveis (Convidados):

Viviane Borges

Universidade do Estado de Santa Catarina

orcid.org/0000-0002-7576-7789

Silvano Montaldo

Universidade de Turim

orcid.org/0000-0003-0820-8730



<http://dx.doi.org/10.5965/2175180317442025e0105>

Recebido: 14/11/2024

Aprovado: 07/04/2025

Escritos de presos: Abdias Nascimento e a Penitenciária do Estado em São Paulo (1943-1944)

Resumo

Este artigo aborda os escritos de presos e sua importância para a compreensão das dinâmicas das relações sociais nas prisões, assim como da dimensão subjetiva dos encarcerados. Analisa especialmente a contribuição de uma obra póstuma de Abdias Nascimento para o conhecimento do funcionamento da Penitenciária do Estado em São Paulo, onde esteve preso de 1943 a 1944. Abdias Nascimento, além de narrar suas experiências e seus sentimentos como encarcerado, submetido aos rigores disciplinares e castigos, buscou dar voz a diversos presos para que contassem suas histórias de crime e suas vidas na Penitenciária. Abdias Nascimento viveu um momento de reforma da Penitenciária, empreendida pelo médico Flamínio Fávero, que buscou reverter os rigores do silêncio e os muitos castigos que eram até então impostos aos encarcerados e criar novas rotinas, ao permitir a maior participação dos presos na estruturação da vida cotidiana daquela prisão. Foram tais reformas que permitiram a emergência do Teatro do Sentenciado, sob a condução do próprio Abdias. Seu escrito constitui-se, portanto, em documento que registra as práticas cotidianas daquela prisão, os mecanismos disciplinares impostos e os sentimentos dos presos, preservando, assim, uma página da história das prisões no Brasil.

Palavras-chave: prisão; Abdias Nascimento; escritos de presos; penitenciária do estado.

Prisoners' writings: Abdias Nascimento and the State Penitentiary in São Paulo (1943-1944)

Abstract

This article discusses the writings of prisoners and their importance for understanding the dynamics of social relations in prisons, as well as the subjective dimension of inmates. It particularly analyzes the contribution of a posthumous work by Abdias Nascimento to the knowledge of the functioning of the State Penitentiary in São Paulo, where he was imprisoned from 1943 to 1944. Abdias Nascimento, in addition to narrating his experiences and feelings as an inmate, subjected to the rigors of discipline and punishments, sought to give voice to several prisoners so they could tell their stories of crime and their lives in the Penitentiary. Abdias Nascimento lived through a period of reform of the Penitentiary, undertaken by the physician Flamínio Fávero, who sought to reverse the rigors of silence and the many punishments that had been imposed until then, as well as to create new routines, by allowing greater participation of prisoners in the structuring of the daily life of that prison. These reforms allowed the emergence of the Theater of the Sentenced, under the direction of Abdias himself. His writing, therefore, constitutes a document that records the daily practices of that prison, the disciplinary mechanisms imposed, and prisoners' feelings. It also preserves a page in the history of prisons in Brazil.

Keywords: prison; Abdias Nascimento; writings of prisoners; penitentiary of state.

Introdução

Um número incalculável de pessoas viveu e continua a viver a experiência do encarceramento. Somente em 2024, mundo afora, eram cerca de 11 milhões de pessoas atrás das grades (World Prison Brief, 2021). As prisões podem seguir as mais rigorosas diretrizes relativas aos direitos humanos, como podem ser espaços degradados, superlotados, precários e que aviltam a existência dos presos, mas sempre se configuram como lugares de sofrimento subjetivo e social. Espaços paradoxais de silenciamento e de incitação ao discurso dos diversos atores presentes no interior das prisões ou que em torno delas gravitam, são as vozes dos próprios presos as menos ouvidas, as mais silenciadas e controladas. Ao mesmo tempo, as prisões são igualmente territórios sobre os quais se lançam muitos olhares e se constroem inúmeros discursos – de religiosos, de juristas, de criminólogos, de médicos, de administradores, de psicólogos, de sociólogos etc. – que procuram compreender, explicar, justificar as complexas formas de interação travadas entre os sujeitos que ali convivem e os modos subjetivos de experimentar o encarceramento.

A história dessa estranha condição das prisões pode ser traçada a partir do acompanhamento de transformações sociais que se propagam no Ocidente pelo menos desde o século XVII. Em *La vie des hommes infames* (2001), Michel Foucault exumou a existência paradoxal de indivíduos capturados pelas malhas do poder e só então inseridos na ordem do discurso¹. Vidas breves, miseráveis, insignificantes, tornadas visíveis no momento em que são assujeitadas por práticas de controle institucional. Na pesquisa que deu suporte a essas reflexões, o filósofo francês estudou os registros que eram feitos em instituições como a polícia e os hospitais gerais, entre os séculos XVII e XVIII na França, sobre os sujeitos aí capturados. Não fossem tais registros, essas vidas restariam completamente incógnitas, existências até então destinadas a passar sem traço pela história. É notável, contudo, que a despeito de serem tornadas visíveis no âmbito desses documentos, essas existências não tiveram neles voz própria: o que se sabe delas é o que delas foi dito e arquivado.

¹ Os autores agradecem à pesquisadora Jade Gonçalves Roque pela cuidadosa revisão do artigo e, em especial, as excelentes sugestões relacionadas ao pensamento de Michel Foucault e sua atuação no GIP.

Se o Ocidente cristão havia imposto durante séculos aos indivíduos comuns, por meio da confissão, o dever de tudo dizer sobre suas vidas, essas palavras se dissolviam ao vento assim que pronunciadas. No fim do século XVII, no entanto, o interesse pela vida cotidiana dos humildes passa a ser enquadrado e extrapolado por agenciamentos administrativos voltados à observação de irregularidades ínfimas ou desordens sem grande importância. Nova relação entre poder, discurso e cotidiano, em que os mecanismos da soberania se inserem nos níveis mais elementares do corpo social (Foucault, 2001, p. 247).

Com o fim do Antigo Regime e a constituição da sociedade burguesa, será sobretudo com as práticas disciplinares e o dispositivo penal que uma efetiva capilaridade social do poder irá se configurar e possibilitar novas discursividades. Em *Vigiar e Punir*, Foucault identificará uma mutação decisiva no poder de punir no século XIX: desloca-se o objeto da ação punitiva do crime para o criminoso. Julgam-se não só os crimes e os delitos, mas “também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade” (Foucault, 1977, p. 21). O ritual penal abre espaço para inúmeros novos saberes: Psiquiatria, Antropologia Criminal, Criminologia etc. buscam julgar, além dos crimes, a “alma” dos criminosos (Foucault, 1977, p. 22)².

Desde então, a massa de registros e documentos produzidos sobre os encarcerados estará sob o escrutínio permanente desses saberes voltados para o conhecimento da natureza do criminoso. Agora, contudo, essa massa passará a incluir também aquele material produzido pelos próprios internados. O médico Cesare Lombroso (1894) foi um dos pioneiros, ao reunir as frases, os bilhetes, os textos, os desenhos elaborados pelos presos. Estavam estampados nas paredes das celas, nos pedaços de madeira das camas, nos livros que circulavam na prisão. Além desses muitos fragmentos, Lombroso também reuniu diversas autobiografias de pessoas encarceradas. Tentou, por meio desses registros,

² O caso do parricida Pierre Rivière na primeira metade do século XIX na França, também apresentado por Michel Foucault (1988), e outros pesquisadores, exemplifica bem a luta de discursos e por meio dos discursos em torno de um caso local que acaba chamando a atenção de diferentes atores – juízes, médicos, autoridades administrativas – que disputam a primazia de falar sobre o crime terrível cometido. E ainda o manuscrito do próprio Rivière, relatando seu crime, coloca uma dimensão incontornável da escrita dos homens infames: a da resistência, como será aqui discutido posteriormente.

compreender o “estado moral e psicológico dessa classe desafortunada” (Lombroso, 1894, p. 1).

Uma das experiências mais interessantes com relação aos escritos de presos foi promovida pelo também médico Alexandre Lacassagne na prisão de Saint-Paul em Lyon, na França, ainda no final do século XIX. Lacassagne, contemporâneo de Lombroso e também expoente na época da nascente criminologia, instigou vários presos a escreverem sobre os seus delitos, a elaborarem suas autobiografias como criminosos. Seu projeto era reunir diversos desses escritos no *Livre des vies coupables* (Livro das vidas culpadas). Embora tenha conseguido diversos manuscritos de presos que responderam à sua demanda, tais escritos só vieram a ser publicados em 2000, aos cuidados de Philippe Artières³. Também no trabalho de Lacassagne, existências que teriam permanecido nas sombras da sociedade se revelam por meio da prática da escrita, sem dúvida incitada e dirigida pelo “homem de ciência”, mas incontornavelmente manifestando aspectos de resistência diante das formas de poder e de saber que organizam os espaços prisionais.

Apesar do fato de serem incitadas pela crescente inserção dos discursos sobre os internados numa rede de saberes então em pleno desenvolvimento, as novas produções levadas a cabo pelos presos sobre eles mesmos manifestavam, também, possibilidades de resistência não plenamente capturadas pelas práticas institucionais. Mais recentemente, já no início da década de 1970, uma experiência encabeçada publicamente por Foucault – mas também por Pierre Vidal-Naquet e Jean-Marie Domenach, contando com o apoio e participação de Daniel Defert, Hélène Cixous, Gilles Deleuze, Claude Mariac, Jacques Donzelot, Jean Genet, entre outros (Artières, 2003) – procurou explorar essa dimensão da escrita entre os presos como prática de resistência. Trata-se do *Groupe d’Information sur les Prisons* (GIP), que, além de distribuir questionários clandestinos para as pessoas encarceradas e suas famílias, publicou muitas das respostas elaboradas pelos presos, possibilitando a divulgação de informações antes inacessíveis ao público fora da prisão. O GIP organizou a publicação de cinco brochuras; em meio a esses

³ ARTIÈRES, Philippe. *Le livre des vies coupables: autobiographies de criminels (1896-1909)*. Paris: Albin Michel, 2000.

materiais é possível encontrar, além das respostas aos questionários, outros tipos de escritos forjados pelos presos – como, por exemplo, correspondências –, além de duas entrevistas com George Jackson⁴, assassinado em 1971 numa prisão dos Estados Unidos (GIP; Artières, 2013). Há ainda uma outra publicação vinculada ao GIP e organizada por Christine Martineau e Jean-Pierre Carasso, na qual pode-se encontrar, dentre outros textos, o diário de um preso durante maio de 1968 (Martineau; Carasso, 1972). Foi no âmbito do GIP que Foucault conheceu Serge Livrozet, um então detento que também escreveu sobre sua experiência e cujo livro, *De la Prison à la Révolte: essai-témoignage* (1973), Foucault prefaciaria.

Percebe-se, portanto, que se o poder das instituições, por um lado, tem capturado o discurso sobre a prisão e os encarcerados, por outro, a necessidade institucional desse discurso inesperadamente articula, também, possibilidades importantes de resistência. A prisão moderna é indissociável dessa massa documental que a envolve e do murmúrio permanente dos ali encarcerados. Estes, ainda que apenas eventualmente consigam elaborar uma escrita de si relativamente autônoma em relação aos constrangimentos institucionais – e mesmo aos especialistas que estudam “cientificamente” o crime e a punição – historicamente o têm realizado. Sem dúvida, em diferentes contextos nacionais e regionais, tanto as formas de poder quanto de saber – bem como as possibilidades de resistência – se reconfiguram de diferentes modos⁵.

Em países como o Brasil, os registros escritos deixados pelos presos descrevendo a vida na prisão, expressando as suas percepções, os seus sentimentos, suas angústias e expectativas, não são proporcionalmente tão

⁴ Na abertura da segunda edição de *Soledad Brother* (1994), uma coletânea de cartas escritas por George Jackson, o autor é apresentado da seguinte maneira: “at the age of eighteen, George Jackson was accused of stealing \$70 from a gas station in Los Angeles. Though there was evidence of his innocence, his court-appointed lawyer maintained that because Jackson had a record (two previous instances of petty crime), he should plead guilty in exchange for a light sentence in the county jail. He did, and received an indeterminate sentence of one year to life. Jackson spent the next ten years in Soledad Prison, seven and a half of them in solitary confinement. Instead of succumbing to the dehumanization of prison existence, he transformed himself into the leading theoretician of the prison movement and a brilliant writer” (Jackson, 1994, p. ix).

⁵ Na linha dos trabalhos historiográficos, a pesquisa de Cláudia Trindade (2018), sobre as prisões da Bahia no século XIX, mostra como os presos recorriam a cartas e petições às autoridades como forma de resistência.

abundantes em relação à massa documental produzida no interior das prisões (prontuários, informes, exames, avaliações etc.). Uma infinidade de cartas, desenhos, bilhetes, diários, manuscritos de livros desaparecem no escorrer do tempo, na fadiga dos materiais, na eliminação, intencional ou não, da documentação das prisões. A sobrevivência desses vestígios é quase que um dom arqueológico a permitir a reconstrução de algumas dimensões das experiências vividas pelos encarcerados⁶. Mas em qualquer lugar em que instituições disciplinares, vistas como signo de modernidade, foram implantadas, as malhas do poder capturaram indivíduos, até então insignificantes, nesse jogo paradoxal de silenciamento e de inclusão na ordem do discurso – com todas as possibilidades de resistência que esse movimento possa ocasionar.

Escritos de presos

Para além da comunicação por meio de bilhetes, grafismos, desenhos e cartas, materiais que muitas vezes têm uma existência efêmera, são de maior interesse os escritos de presos consolidados em livros. E é largo o arco de interesses que motiva os presos a comunicarem aspectos de sua existência no confinamento: são os presos políticos que desejam narrar os horrores e injustiças de regimes políticos que promovem a perseguição aos dissidentes, aos grupos étnicos ou minoritários (Freire; Almada; Ponce, 1997; Gramsci, 2017; Mandela, 2018; Ramos, 1970); são os presos “comuns” que desejam contar a sua versão dos crimes que os levaram ao encarceramento (Torres, 1983); são os presos que embaralham essa cisão entre presos comuns e presos políticos, (Jackson, 1972); são os presos que desejam denunciar o mundo de violência, de brutalidade em que foram inseridos (Hosmany, 2001; Lima, 1991; Mendes, 2001; Rap, 2002); são outros tantos presos que narram suas experiências pessoais (Chulam, 2009; Fontes, 1983), seus encontros com outros presos (Rodrigues, 2002); são aqueles que descobrem o prazer de escrever, que encontram um refúgio na literatura, na

⁶ No presente artigo, vamos nos limitar aos escritos produzidos pelos próprios presos, deixando de lado as muitas possibilidades de escritos gerados por internos em outros ambientes de confinamento (asilos, hospitais psiquiátricos, orfanatos etc.) ou mesmo por literatos, autores, estudiosos que não passaram pela experiência do encarceramento, mas que escreveram, de forma ficcional ou não, sobre a vida nas prisões (Carnochan, 1995).

poesia, nos romances, nos contos (Costa, 2000; Freitas, 2000; Hosmany, 1988; Mendes, 2005). São também os presos que foram incentivados a se expressarem, a ter voz e revelar as dimensões desconhecidas de si mesmos e do cárcere (Guéno, 2000)⁷.

Existem ainda presos (ou ex-presos) que narraram suas histórias para terceiros, mas não as publicaram diretamente: foi o caso, por exemplo, de Gino Amleto Meneghetti, que em 1952 contou suas façanhas para dois jornalistas do *Diário da Noite*, Jorge Ferreira e Orlando Criscuolo⁸. Também há aqueles que entregaram manuscritos que foram reelaborados por escritores como Aluísio Azevedo (Porto, 2011). Esse último é um caso curioso, que remonta ao final do século XIX, quando um preso da Casa de Detenção do Rio de Janeiro fez chegar ao escritor um manuscrito contando sua história, bem como seu crime, e pediu em carta para que o escritor transformasse o manuscrito num romance. E Aluísio Azevedo publicou, então, em 1882, o livro *Memórias de um Condenado*, depois republicado como *A Condessa Vésper*.

Como lembra Artières (1998), nossas existências dependem dos arquivos de vida, de um constante arquivamento de papéis, documentos, fotos, registros que regulam nossa inserção social, nossos relacionamentos, nossos direitos. Além de termos de arquivar documentos e papéis que nos assegurem nosso acesso à escola, aos serviços de saúde, ao trabalho etc., somos nós mesmos que selecionamos muito do que guardar e do que descartar. Nos ambientes prisionais, contudo, o arquivamento da vida dos presos escapa quase que completamente ao seu domínio. Afinal, são produzidos e acumulados em prontuários e outros dossiês os registros jurídicos, médicos e disciplinares sobre os quais os presos não podem exercer praticamente nenhum controle. Ainda que o arquivamento da vida não seja privilégio de homens ilustres e possa, portanto, ser também produzido pelos *infames* encarcerados, são mais raros e tortuosos tais

⁷ Mamede (2006) incentivou a escrita de cartas por parte das presas no Manicômio Judiciário de São Paulo (Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima), em Franco da Rocha, como recurso clínico.

⁸ MENEGHETTI um nome que encheu a crônica policial, *Diário da Noite*, São Paulo, p. 12, 21 mar. 1952. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093351&pasta=ano%20195&pesq=%20Menegh%22&pagfis=23787>. Acesso em: 23 maio 2025.

arquivamentos. De todo modo, tratando-se de uma pessoa encarcerada, “arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas, a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo” (Artières, 1998, p. 31). Ao criar uma escrita, ao produzir uma autobiografia, contar a seu modo o que se passou, um preso, um criminoso cria para si mesmo uma identidade em relação às interpretações que sobre ele são feitas. Nesse sentido, arquivar a vida torna-se um “dispositivo de resistência” (Artières, 1998, p. 32).

Ao prefaciá-lo livro de Serge Livrozet (1973) – *De la Prison à la Révolte: essai-témoignage* (Da Prisão à Revolta: ensaio-testemunho) –, Foucault (1973) explorou, certamente inspirado por sua atuação no GIP, essa dimensão da escrita do preso como uma certa recusa em relação à expectativa geral de que ela seja apenas uma memória dos crimes, um reconhecimento de culpa, uma reconstrução das fatalidades da existência ou a manifestação de sentimentos de arrependimento. O tolerável para a audiência, segundo Foucault, é que o preso conte a sua vida, mas não que tenha seu pensamento sobre a infração, sobre o crime, sobre o sistema de justiça: “Nous ne tolérons pas le système, mais la simple mémoire du crime” (Foucault, 1973, p. 8). Às narrativas individuais que apontam para as fatalidades das trajetórias e dos crimes, Foucault contrapõe e valoriza a construção coletiva de apropriação dos significados do crime e da justiça por parte dos presos.

Em meio a essa pluralidade de sentidos possíveis que podem ter os escritos sobre/dos presos, será apresentada a seguir a obra de Abdias Nascimento (2023) *Submundo: cadernos de um penitenciário*, escrita enquanto o autor esteve encarcerado na Penitenciária do Estado em São Paulo, entre 1943 e 1944, mas publicada postumamente⁹. Qual o lugar da obra de Abdias Nascimento nesse universo de escritos produzidos a partir da experiência da prisão? Talvez um dos traços mais interessantes do seu escrito tenha sido mencionar pouco o que o

⁹ O posfácio do livro, escrito por Elisa Larkin Nascimento, esclarece o percurso dos manuscritos do livro de Abdias e as razões para a demora de sua publicação. Infelizmente não se tem maiores informações sobre o quanto o manuscrito foi alterado, revisto e corrigido por Abdias ao longo de todo o tempo, entre a sua redação e a sua publicação.

levou à prisão e mais relatar a sua experiência de encarcerado, estabelecer um olhar analítico em relação à instituição, descrever os tipos humanos ali encontrados, registrar as rotinas da prisão. É sobretudo nisso que seu escrito tem um valor inestimável para o conhecimento de como funcionava a Penitenciária naquele período, notadamente num contexto como o brasileiro, no qual, como afirmado, com frequência as próprias instituições não preservam seus registros nem memórias. Se o autor desejou comunicar essa experiência em sua época, não se sabe; mas sua publicação, depois de tantas décadas, transforma o seu registro num documento histórico singular, seja pelo conteúdo, seja pela qualidade de seu olhar e de seu relato.

Escritos pioneiros no Brasil

Se os escritos de presos no Brasil tornaram-se mais frequentes desde os anos 1980, como vários deles mencionados acima, ganham importância alguns raros escritos produzidos anteriormente. Um primeiro caso interessante ocorre na primeira metade do século XX, com Michel Trad, famoso assassino de seu sócio Elias Faraht, em 1908. Esse caso ficou conhecido, então, como “crime da mala”. Michel Trad, apesar de receber uma pena de 25 anos e 6 meses de reclusão, teve sua pena comutada pelo presidente do Estado, Altino Arantes, para 16 anos. Assim, em setembro de 1924 foi colocado em liberdade e em julho de 1925 publicou o livro *Evasões Celebres da Cadeia Publica de São Paulo*¹⁰.

Nascido em Beirute, Trad migrou para o Brasil e logo se inseriu na vida de negócios da comunidade sírio-libanesa de São Paulo. Era fluente em francês e, diferentemente de milhares de migrantes de outras nacionalidades da época, não era desprovido de posses, muito menos teve como destino o trabalho nas lavouras de café. Enquanto esteve preso na Cadeia Pública e na chamada Penitenciária Velha, gozou de regalias (como recebimento de cartas sem censura prévia e permanência em cela confortável); havia sido eleito, por seus companheiros, “juiz” da cela. Tinha comportamento exemplar dentro da prisão e apesar do crime cometido, desfrutava de certa admiração junto ao público (Na

¹⁰ LIVROS Novos. *A Gazeta*, São Paulo, p. 7, 30 jul. 1925. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=763900&pasta=ano%20192&pesq=Michel%20Trad&pagfis=21263>. Acesso em: 23 maio 2025.

cadeia [...], 1913, p. 2). Depois de sair da prisão, em 1924, Trad tornou-se traficante de cocaína e morfina, voltando a ser preso em 1927 e expulso do país em janeiro de 1928 (Trad [...], 1928, p. 4).

A obra de Michel Trad é, sem dúvida, um dos raros casos de livro escrito por um preso nas primeiras décadas do século XX em São Paulo. Seu conteúdo é composto pela descrição da vida de vários detentos no crime e de suas aventuras de fuga da Cadeia. Tem um peso importante o fato de Trad ser membro da elite sírio-libanesa, alfabetizado e detentor de uma refinada cultura: tinha, assim, uma compreensão abrangente do funcionamento das instituições policiais e judiciais, bem como das dinâmicas internas da prisão, que favoreciam, por exemplo, a imersão de jovens na vida do crime. Trad assim se referiu à convivência dos jovens com os “homens já endurecidos no crime”:

Sabe-se quão pernicioso é, especialmente aos jovens, a convivência na vida livre, com um desses indivíduos. É fácil, portanto, imaginar-se o que deve ser a convivência no cárcere com toda a multidão deles. Vê-los todos os dias; ouvi-los a toda hora; beber, minuto a minuto o veneno sutil que sabem fazer destilar no ânimo de uma consciência ainda em formação, com a narrativa entusiástica das proezas praticadas, com a descrição das venturas gozadas, dos prazeres fruídos [...]. (Trad, 1925, p. 282-283).

Porém, um segundo caso de escritos de preso, ainda da primeira metade do século XX, é justamente o de Abdias Nascimento (2023). O autor esteve preso na Penitenciária do Estado, em São Paulo, que havia começado a funcionar em 1920 e era tida não apenas como expressão de orgulho das elites paulistas, mas como um modelo de prisão a ser seguido pelo país (Salla, 1999). Suas observações e críticas fundadas nessa experiência de encarceramento ali mostram, no entanto, que ela estava longe de ser uma instituição modelar¹¹.

Seu livro é um potente registro de memória que denuncia as perversidades dos castigos e dos maus tratamentos a que eram submetidos os presos, assim

¹¹ A publicação do livro de Abdias, em 2023, pode induzir o leitor a alguns equívocos. Abdias esteve preso na Penitenciária do Estado (PE), que foi inaugurada em 1920. Sua presença ali não tem relação com a Casa de Detenção do Carandiru, que viria a ser construída próxima da PE, no mesmo bairro, e só começaria a funcionar em meados dos anos 1950. As características de uma e outra prisão foram por décadas diversas quanto às finalidades e organização interna. A Casa de Detenção se tornou famosa sobretudo a partir dos anos 1970, quando passou a abrigar mais de 6 mil presos, cenário que viria a se tornar o palco do chamado Massacre do Carandiru, um dos mais terríveis momentos da história das prisões brasileiras, em 1992.

como as arbitrariedades praticadas por dirigentes e funcionários, tudo quase que completamente desconhecido do público. E nisso a obra de Abdias tem um valor inestimável, uma vez que não se tem outro registro de escritos de presos que houvessem passado pela Penitenciária do Estado até aquele momento. Seu livro é um verdadeiro documento a proporcionar incontáveis flagrantes do funcionamento daquela prisão.

Abdias Nascimento, nascido em 1914, em Franca, no interior de São Paulo, é um personagem importante na luta contra o racismo no Brasil. Nos anos 1930, era soldado do Exército e simpatizante da Frente Negra Brasileira com a qual, então, colaborava de forma discreta, uma vez que não poderia exercer atividades políticas, como determinava o regulamento do Exército (Nunes, 2022, p. 34). Teve uma intensa atuação na área teatral, inclusive com a criação do Teatro do Sentenciado na prisão e depois também com o Teatro Experimental do Negro. Dedicou boa parte de sua vida à luta contra a discriminação racial¹². Foi deputado federal de 1983 a 1987.

O motivo da prisão de Abdias, segundo ele mesmo, foi um ato de insubordinação no Exército: recusou-se a fazer um balancete ordenado por um superior (Nascimento, 2023, p. 33). Para Denise Carrascosa, que faz o prefácio do livro de Abdias (2023), esse ato levaria à sua expulsão e posterior condenação (p. 20). Segundo Nunes (2022), Abdias fora preso em decorrência de um processo disciplinar aberto pelo Exército contra ele devido a uma desavença que envolveu Abdias e um amigo que haviam sido discriminados e impedidos de entrarem num bar em São Paulo em 1936¹³. De um modo ou de outro, o episódio revela encontrar-se num limbo entre um crime militar e uma motivação política, ou mesmo racial, de seus superiores que desencadearam o processo.

Com 29 anos, Abdias chega à prisão, em abril de 1943, com um repertório de conhecimentos que o diferenciava da maioria dos demais presos, portando escrita refinada e capacidade de olhar criticamente aquele mundo em que

¹² Mas, não espere o leitor encontrar um texto militante sobre as questões raciais que marcarão posteriormente a trajetória artística e política de Abdias. Nos cadernos em que registra sua experiência de encarcerado, aquelas questões estão ausentes, naquele momento. Sobre a biografia de Abdias, ver o site: <https://ipeafro.org.br/>.

¹³ A nota n. 1 do livro de Abdias refere-se a esse caso baseando-se em “entrevistas e memórias” (Nascimento, 2023, p. 299).

mergulhava. Só sairá em janeiro de 1944 e, nesse tempo de encarceramento, proporciona ao leitor páginas tanto curiosas e pitorescas quanto reveladoras dos meandros e labirintos do funcionamento da Penitenciária. Dentre as reveladoras, por exemplo, no primeiro capítulo Abdias conta que, para dar início à sua pena, foi para a Penitenciária do Estado de bonde, desceu na rua Voluntários da Pátria e seguiu a pé, sempre escoltado por quatro policiais, descortinando assim um mundo prosaico em que se chegava à prisão sem maiores sobressaltos.

O livro de Abdias traz pelo menos três registros importantes que aqui cabe desenvolver: o primeiro é composto das descrições e das observações críticas sobre diferentes aspectos do funcionamento da Penitenciária, seu dia a dia, os rigores disciplinares e também as falhas que desnudam o mito da prisão modelar. O segundo é aquele que reúne falas de diversos presos, muitos deles famosos na época, acerca de seus crimes, criando Abdias um canal de expressão para que eles pudessem expor suas versões dos crimes e as percepções da vida na prisão. E o terceiro é aquele relativo à convivência de Abdias com a tentativa de reforma das práticas cotidianas da prisão, empreendida pelo médico Flamínio Fávero, expoente da medicina legal e também membro do Conselho Penitenciário, que assumiu a direção da Penitenciária em 1943 (Alvarez; Salla; Alves, 2012).

Um olhar crítico sobre o encarceramento

É conhecida a análise que Erving Goffman (1974) fez do despojamento dos traços identitários de uma pessoa no momento em que é inserida numa instituição que ele denominava total, como as prisões, os manicômios e os conventos. Mas não é muito comum no Brasil a publicização dos relatos ou das percepções dos próprios internos quando vivem tal situação. Abdias, por sua vez, narra com perspicácia o despojamento de seus pertences e a aniquilação de tudo o que lhe pertencia no mundo exterior durante o ritual de inclusão na Penitenciária do Estado, assim que nela ingressa, em 1943. Ele relata a eliminação dos cabelos, do bigode, a sensação de nudez imposta ao preso. Em suma, a tentativa da reconfiguração da personalidade.

Num segundo, estavam liquidados os meus bigodes e desaparecidos todos os cabelos da cabeça. Foi quando se apossou de mim uma sensação esquisita de desamparo e pudor, sensação

que talvez sentiria se me atirassem absolutamente sem roupa no meio do burburinho da rua Direita¹⁴ (Nascimento, 2023, p. 37).

O despojamento de tudo continua com a substituição de suas roupas pelas roupas da Penitenciária, o número de sua matrícula impresso em todos seus cantos. Abdias se tornou o preso número 7349, informação estampada na roupa e no gorro, em tamanho grande. Seu nome, suprimido; será conhecido e tratado pelo número: “Nada de Abdias Nascimento: 7349... 73-49!” (Nascimento, 2023, p. 38). Sentia-se um “espantalho” com as roupas que lhe deram.

A descrição que faz dos primeiros dias na cela que lhe foi destinada trazem à tona os sentimentos que muitos presos também poderiam ter, mas é Abdias quem os exprime com lucidez:

Doravante meus menores gestos seriam controlados pelo guarda, através da espia. [...] todas as minhas atitudes, todas as minhas posições, as mais insignificantes, seriam vigiadas, policiadas. Deveria guardar continuamente a postura indicada pelo regulamento: sentar-se no meio da cela [num “banquinho torturante” como nomeou] com frente voltada para a porta. Havia também uma pequena janela, da qual eu não poderia me aproximar à distância de menos de um metro (Nascimento, 2023, p. 43-44).

Nada podia fazer senão permanecer sentado nesse banquinho ou caminhar no interior da cela de um lado para outro. Jamais poderia deitar-se antes do devido sinal. Exausto de se manter nessas condições, uma vez não resistiu e se deitou no chão: “logo o guichê abriu-se num estrondo e o guarda me advertiu não ser permitido o que eu estava fazendo [e disse]: fique caminhando ou sente-se no banco, do contrário...” (Nascimento, 2023, p. 44)

O chamado período de prova para os presos que ingressavam na Penitenciária compreendia a permanência na cela em completo isolamento. Nesse período, Abdias menciona a ausência absoluta de qualquer contato com outros presos e o tédio: nada a fazer senão “caminhar pelo cubículo e sentar no incômodo banquinho. As horas escorregando-se pelo tempo adentro num ritmo de bicho-preguiça” (Nascimento, 2023, p. 45). A perspectiva de sair da cela para atividades de trabalho era um alento, ainda que sob o mais rígido controle sobre

¹⁴ Rua localizada no que é hoje chamado centro histórico de São Paulo, com vários estabelecimentos comerciais, e que era famosa pelo intenso movimento diário de pedestres.

o silêncio que deveria ser respeitado, de acordo com o regulamento. Qualquer comunicação entre os presos era duramente castigada com o isolamento.

O grande desejo, o desejo quase incompreensível para quem nunca esteve aqui é o de sair para trabalhar. [...] enquanto lá fora ele [o trabalho] é geralmente o símbolo da escravidão, aqui significa a possibilidade de trocar uma palavra com o companheiro (mesmo nas oficinas a conversa é proibida), significa o direito de andar pelos corredores durante a ida e a volta para o trabalho (Nascimento, 2023, p. 51).

Abdias teve a oportunidade de ir trabalhar como “escriturário” a convite de um sentenciado que trabalhava no hospital. Estava ainda em período de provas e ansioso com essa perspectiva. Mas não deu certo para esse posto, pois o diretor responsável impôs testes de aptidão, desconfiando de sua capacidade de ler e escrever, talvez motivado por uma possível discriminação racial. Logo em seguida, Abdias foi destinado para a oficina de encadernação.

No capítulo *Meus “amarelos”*, Abdias desnuda a fachada da impecável limpeza e organização da PE que era sempre apresentada pelas autoridades ao público. Conta que as celas de determinado pavimento eram mantidas sob a mais rigorosa limpeza, pois esse era o local para ser mostrado às visitas, que eram muito frequentes nas primeiras décadas de funcionamento daquela prisão. Os demais pavimentos e celas não eram mantidos com a mesma limpeza. Menciona celas sujas onde ratos eram frequentemente encontrados.

Ainda nesse capítulo, uma de suas mais interessantes observações foi em relação aos chamados presos “amarelos”. De acordo com o girar da chave, as fechaduras das celas poderiam mostrar, num pequeno retângulo, três cores: vermelho, que indicava que a cela estava só com o trinco e o preso poderia sair para o trabalho, recreio etc.; azul, que indicava o dever de permanecer na cela – nada requeria o preso fora dela; e amarelo, que designava o castigo. Nas palavras de Abdias, “O sentenciado “no amarelo” está sofrendo pena disciplinar e não saía para trabalho, nem para recreio, visitas não lhe são permitidas nos dias de regulamento. O único que lhe facultam é se desesperar na cela, andando para lá e para cá como maluco” (Nascimento, 2023, p. 193). Nas páginas 194 e 195, Abdias conta como ele mesmo foi colocado no “amarelo” três vezes, mostrando o extremo rigor do castigo. Em uma delas, Abdias ficou em isolamento de castigo

por sete dias, por terem encontrado em sua cela os cadernos com seus escritos. Caso parecido se deu com um preso que Abdias interroga se havia recebido algum castigo na penitenciária. E o preso responde: “Sofri um por motivo até cômico. Me trancaram vários dias no isolamento, só porque rascunhei num papel o corpo de uma mulher nua [...]” (Nascimento, 2023, p. 221).

Além da própria cela na qual o preso poderia cumprir algum tipo de castigo, Abdias descreveu uma outra cela, escura, que era usada para impor castigos mais severos:

O piso é de cimento. [...] tudo escuro. Não existe instalação sanitária: um buraco no solo, onde o prisioneiro faz todas as necessidades sem descarga ou qualquer limpeza. [...] o sentenciado é fechado no isolamento completamente nu. Nem meias, nem cuecas... Nudez absoluta. Também não há cama, nem colchão ou cobertura de espécie alguma. [...] muitas vezes o castigo é acompanhado de meia ração alimentar. A maioria dos presos não aguenta mais de vinte e quatro horas de isolamento. Perde o sentido ou fica doido (Nascimento, 2023, p. 81).

Os presos teriam comemorado muito quando Flamínio Fávero acabou com esse espaço de castigo que era bastante temido.

Abdias relata, também, os breves momentos de recreio que os presos tinham:

Pobres trinta minutos de recreio dominical. Recreio esquisito, único no gênero. O sentenciado saía marchando rigidamente em formatura militar. Quando no pátio debandávamos, não era permitido fazer nada: nem conversar livremente, nem rir, nem cantar, nem brincar. Cochichava-se, assoprava-se alguma palavra ao companheiro. Éramos obrigados, tínhamos o dever de andar de um lado a outro do pátio, andar sempre, sem parar. Nem para dar uma rápida olhadinha para o céu. Tudo era proibido nesses recreios (Nascimento, 2023, p. 78).

Esse padrão extremamente rígido só viria a ser alterado durante a administração de Flamínio Fávero, que instituiu uma hora de recreio diária e a permissão para a prática de jogos. “O recreio passou a ser barulhento e alegre”, mencionou Abdias (Nascimento, 2023, p. 79).

Não passou despercebida a Abdias a questão sexual na prisão. Ouviu histórias de vários presos sobre a solidão, o isolamento, os jogos de sedução, a violência contra os mais jovens, os presos agressivos conhecidos então como

“febrônios”, o envolvimento dos funcionários nas tramas sexuais. “Branco, preto, feio, bonito. Católico, protestante, espírita. De todos os lados surgem pederastas ativos e passivos. Não faltam discípulos de Onan, nem habitantes de Sodoma [...]” (Nascimento, 2023, p. 161).

Ouvindo os presos

Um segundo traço da obra de Abdias é ter dado voz, isto é, ouvido e registrado as histórias de vários presos; uns famosos, outros desconhecidos. Estimulava os presos a narrarem o seu percurso anterior à condenação e muitas vezes Abdias estava interessado em saber se a penitenciária havia influenciado na regeneração do preso, como no caso de um jovem condenado por roubo (Nascimento, 2023, p. 71).

Ao ouvir as várias histórias, Abdias parecia movido pela curiosidade em decifrar os muitos caminhos que levavam os indivíduos àquele destino de confinamento. Num capítulo denominado “*Tipo lombrosiano ou vocação de santo*”, novamente ele dá a palavra para um preso (matrícula 4122) contar sua longa história, com passagem pelo Instituto Disciplinar¹⁵, muitas prisões por roubo, furto, consumo de drogas, homicídio. Abdias pergunta se ele se considerava um tipo lombrosiano de criminoso nato. Mas a narrativa do preso era no sentido de se mostrar completamente regenerado, profundamente religioso, convertido, alguém que queria cuidar de leprosos depois de sair da prisão – o que talvez explique o título do capítulo. De todo modo, esse encontro com o preso revela que Abdias (assim como Meneghetti, como veremos adiante) tinha conhecimento das ideias de Lombroso, que eram muito presentes nos meios jurídicos e médicos nas primeiras décadas do século XX.

Dentre os presos famosos da época que Abdias conversou estavam Giuseppe Pistone, autor do segundo crime da mala, em 1928 (o primeiro, como visto, ocorreu em 1908, de autoria de Michel Trad), Domingos Farina¹⁶ e,

¹⁵ O Instituto Disciplinar foi criado em 1902 e era destinado à internação de crianças e adolescentes abandonados e também daqueles que cometiam infrações (Alvarez, 1989; Borges; Salla, 2018; Fonseca; Narita, 2019; Salla, 2024).

¹⁶ No capítulo “A condessa e seu chofer”, Abdias traz uma longa narrativa do preso Domingos

principalmente, Gino Amleto Meneghetti¹⁷, a quem os presos chamavam Mestre Gino. Abdias pediu a ele que contasse a sua história e Meneghetti escreveu um texto que está reproduzido no livro e que se constitui um outro fragmento precioso de escrita que é feita pelo próprio preso.

Nesse texto, constantemente Meneghetti se referia a Abdias como “amigo Nascimento”. Gino descreve toda a violência e torturas que sofreu nas mãos da polícia em diversos lugares pelos quais passou (Gabinete de Investigações na rua dos Gusmões, delegacia do Cambuci) desde o dia 4 de junho de 1926, quando foi preso. Ao ser transferido para a PE, já estava preparada uma cela com chapa de ferro fechando a janela. A cela ficava completamente escura. Menciona as violências que os funcionários da Penitenciária praticavam contra ele. E, pior ainda, relata que sentenciados ajudavam a submetê-lo a pancadas. Observa que mesmo o novo diretor Flamínio Fávero, embora reformador, não deixou de ter desconfiança com relação a ele e o mantinha sob regime especial. As violências sofridas por Meneghetti foram também registradas por Paulo Duarte¹⁸, que com certa frequência o visitava na Penitenciária e descreveu tais ocorrências nos seus livros de memórias.

Meneghetti tinha considerável erudição, inclusive com largo conhecimento das obras de vários criminólogos, como Lombroso¹⁹. Era duro crítico do regime penitenciário: “Uma penitenciária em que se pretende regenerar, reeducar alguém, não pode ser administrada e apavorada por médicos pedantes cheios de falsas teorias e princípios científicos psicoantropológicos e criminalísticos lombrosianos” (Nascimento, 2023, p. 271).

Farina, que foi condenado a 25 anos e seis meses de prisão celular na Penitenciária por tentativa de roubo e pelo assassinato do Conde Dino Crespi em 15 de setembro de 1929. Farina, que era motorista da família, traz a sua versão sobre os fatos para Abdias. Não teria sido ele o autor dos disparos, nem tentado o roubo. E conta que foi amante da esposa do Conde (Nascimento, 2023).

¹⁷ Meneghetti era um imigrante italiano que esteve envolvido em vários casos de furto e teve diversas condenações. Ficou famoso pelas fugas que conseguia realizar. Ver: BERNARDI, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2000 e BENEDITO, Mouzar. *Meneghetti, o gato dos telhados*. São Paulo: Boitempo, 2009.

¹⁸ DUARTE, Paulo. *Memórias: “selva oscura”*. São Paulo: Hucitec, 1976. v. 3;

DUARTE, Paulo. *Memórias: os mortos de Seabrook*. São Paulo: Hucitec, 1976. v. 4.

¹⁹ Em 1970, já com 93 anos de idade, Meneghetti deu uma entrevista aos jornalistas do *Pasquim* (Jaguar, 1975) e disse que era leitor de Lombroso e de outros tantos autores positivistas.

Abdias ficou admirado com a sobriedade e altivez de Meneghetti apesar de toda essa violência sofrida. Por isso, os presos o tinham como um verdadeiro herói e mártir. Quando Abdias estava prestes a sair da prisão, Meneghetti assim se dirigiu a ele: “desejando boa saúde e copiosa felicidade na sua primeira liberdade. E felicito-lhe também por ter conseguido sair vivo deste horrendo, dantesco açougue médico-policial-penitenciário dos paulistas. Procura nunca mais voltar neste inferno” (Nascimento, 2023, p. 260).

Ainda no texto que escreve para Abdias, Meneghetti sustentava que a PE era a antecâmara do Manicômio Judiciário e “um verdadeiro cemitério” (Nascimento, 2023, p. 271). Demonstra conhecimento de várias teorias criminológicas e vários autores, inclusive no campo da psicologia. Fala da Revolução soviética de 1917, sabia do que ocorria na Itália com o fascismo (mas não se diz fascista). Porém, a crítica mais forte elaborada por Meneghetti está no trecho que se refere aos funcionários da PE:

Cinquenta por cento dos guardas que aterrorizam este malfadado presídio vieram corridos, expulsos uns, afastados, exonerados outros, da Polícia Civil, da Polícia Militar, Guarda Civil, Guarda Noturna, Corpo de Bombeiros, Exército Nacional. Portanto, são maus elementos, carrascos naturais, sem nenhum preparo para lidar com homens que necessitam compreensão e bons exemplos de altruísmo, honestidade e pureza de costumes, a fim de que lhes seja possível a problemática regeneração. Porque a reeducação do criminoso é tarefa por demais delicada para se desincumbirem dela esses desalmados analfabetos (Nascimento, 2023 p. 275).

Esse documento, escrito por Meneghetti, está datado de 20 de dezembro de 1943.

Testemunha de reformas

Abdias viveu na Penitenciária um momento importante de reforma, quando o médico Flamínio Fávero assumiu a direção do estabelecimento, em 1943. Ele tentou modificar as práticas dos castigos e reverter as violências contra os internos, mostrando-se sempre atencioso e respeitoso com os presos, segundo o relato de Abdias. Passou a permitir maior tempo de descanso e recreação e buscou garantir a liberdade de culto. “O diretor estava dando as primeiras determinações para objetivar a liberdade religiosa assegurada pela Constituição

do país e por ele proclamada como um dos elementos básicos de seu programa de reforma” (Nascimento, 2023, p. 119).

Possibilitou a Abdias criar o Teatro do Sentenciado, uma nucleação de presos para encenação de peças. À exceção de Meneghetti, que trazia desconfianças em relação a Flamínio por ser mantido sob algumas restrições na vida cotidiana da prisão, Abdias conta que os presos tinham o maior apreço pelo novo diretor, exatamente por reverter muitos dos rigores (como a imposição do silêncio) e dos castigos que rotineiramente eram impostos na penitenciária.

A experiência do Teatro do Sentenciado, encabeçada por Abdias, contava com a proteção e apoio de Flamínio Fávero. Houve mobilização de muitos presos, a apresentação de várias peças, a exposição de vários talentos entre os internos. E Flamínio criou ainda um jornal institucional com a participação dos presos, o *Nosso Jornal*, para o qual os sentenciados colaboravam com textos, poesias, artigos e contos. “Depois que o Dr. Flamínio Fávero fundou o *Nosso Jornal*, deu de surgir “homens de letras” aqui dentro” (Nascimento, 2023, p. 121). Abdias recebia muitos desses escritos de presos (sob a forma de poesia, sobretudo) e vários deles estão transcritos em seu livro.

A relação do diretor Flamínio com os presos havia sido alterada. Um preso teria dito para Abdias: “Olhe, no duro. Nem minha noiva me trata com tanta delicadeza...” (Nascimento, 2023, p. 75). Mas não demorou a emergir um conflito entre uma forma de condução mais rígida do cotidiano prisional e a nova proposta de Flamínio Fávero. Alguns diretores e funcionários passaram, assim, a fazer explicitamente oposição à administração de Flamínio Fávero:

Enquanto este queria nos dar oportunidade de mostrar nossa capacidade de nos governarmos a nós mesmos como homens responsáveis, aqueles [funcionários], por toda a força, queriam nos continuar tratando segundo o sistema do regime penitenciário antigo, como elementos aos quais nada se deve facilitar, e sim humilhar sempre e cada vez mais. Nunca entenderão a finalidade educativa deste estabelecimento, estes fariseus da moralidade (Nascimento, 2023, p. 229).

Impressionante a perspicácia de Abdias em relação a esse tipo de tensão entre uma linha severa e punitiva, geradora de conflitos entre presos e custodiadores, e uma de maior tolerância, respeito e persuasão junto aos presos

na busca de sua recondução para a sociedade. Tensão que é recorrente na história das prisões e que voltaria à cena nos anos 1980, com a assim chamada política de humanização dos presídios, em São Paulo, que, uma vez frustrada e aliada a outros fatores, disseminou ampla violência nas prisões brasileiras e a formação de incontáveis grupos de presos organizados (Alvarez; Salla; Dias, 2013).

Flamínio Fávero chegou a pedir demissão quando Abdias ainda estava na Penitenciária, mas ela não foi aceita. Foi apenas em abril de 1945 que Flamínio Fávero foi substituído por Antônio Queiroz Filho na direção da Penitenciária e do Departamento de Presídios do Estado (A posse [...], 1945, p. 3), talvez como desfecho do agravamento das tensões internas entre um novo padrão de administração e as velhas práticas, além de uma tentativa de motim ocorrida no dia 26 de março de 1945. Nesse episódio, alguns sentenciados, munidos de facas e cassetetes, agrediram guardas e mesmo dois presos que tentaram ajudar os guardas. A confusão se instalou no pavilhão e foi Flamínio Fávero que conseguiu amenizar e controlar a situação. Mas o advento desse motim pode ter sinalizado o insucesso da política adotada por ele junto aos presos (Três [...], 1945, p. 12).

Considerações finais

O livro de Abdias Nascimento (2023) se enquadra num dos tantos registros documentais que trazem à tona as expressões, as percepções e os sentimentos daqueles que passam pela prisão em relação ao encarceramento, sejam eles produzidos pelos presos ditos comuns ou pelos presos políticos. Muitos desses escritos sustentam um tom de denúncia (política ou não) e resistência, revisam a ordem dos fatos que levaram à condenação e reescrevem os significados dos crimes cometidos. Outros, trazem o olhar mais direcionado para as condições do encarceramento, para as percepções do tempo ali vivido, para a descrição dos espaços por onde se locomoveram e para diversos tipos de sujeitos com os quais foram obrigados a conviver.

Abdias, além de expressar com argúcia muitos desses aspectos, deixou um potente testemunho sobre a Penitenciária do Estado nas primeiras décadas de seu funcionamento, revestida até então de uma aura de instituição modelar, mas poucas vezes exposta ao olhar e ao julgamento do público em geral. Em seu

escrito, Abdias desnuda para o leitor a constância dos castigos impostos aos presos, os rigores injustificáveis da disciplina em cada movimento no dia a dia e as arbitrariedades de muitos funcionários. Também trata da severidade da regra do silêncio que interditava a comunicação entre os presos e que servia de justificativa para puni-los. Abdias escreve que “os menores gestos, a mais ligeira tentativa de palestra em forma era violentamente interceptada pelos guardas” (Nascimento, 2023, p. 47).

Em vários momentos de sua obra, Abdias nos leva a pensar na inutilidade, no sentido vazio do rigor da disciplina: seja do silêncio, dos castigos impostos, do controle do comportamento nas oficinas, no pátio, nos corredores ou no interior da cela. Pois a revolta entre os presos cresce, silenciosa ou explícita. E Abdias constata a satisfação geral dos presos com o diretor Flamínio Fávero que imprimiu nova ordem na Penitenciária, ainda que por pouco tempo. É testemunha e beneficiário dela. Seu Teatro do Sentenciado avança e Abdias é peça fundamental no *Nosso Jornal* criado por Flamínio. Mas, assim como Abdias flagra esse entusiasmo dos presos com o novo tratamento, também testemunha as tensões que não demoraram a emergir, principalmente entre funcionários e diretores, entre os adeptos das reformas e aqueles partidários dos rigores disciplinares. Essa é uma versão de um dos muitos capítulos da história das prisões em que se encontram as divergentes formas de governar o cotidiano institucional.

Neste e em outros aspectos, o relato de Abdias fornece material para avançar questões que as Ciências Sociais brasileiras têm se colocado já há bastante tempo: qual a natureza das práticas disciplinares aqui implementadas? Quais os efeitos das reformas institucionais e da “modernização” das prisões, ao longo da história brasileira? Quem eram os condenados e quais suas trajetórias? Como se dava a rotina de violência e de maus tratos no âmbito prisional? Qual o sentido da punição executada nesses locais?

O que Abdias legou com seu livro é um documento ímpar que registra uma página de nossa história das prisões não relatada por um jurista, por um médico criminologista ou por um político, geralmente entusiastas da Penitenciária. É uma memória de um tempo e de um ambiente que não foi apagada. Abdias está entre

os presos que deixaram seu legado escrito, primoroso, perspicaz, crítico. Presos que contam com repertório refinado de conhecimento geral e da língua que permite a eles expressar não apenas as suas angústias e seus sentimentos, mas também articular suas análises, suas denúncias, suas indignações. Junto ao “ronco surdo da batalha”, suas vozes se levantam para descrever e denunciar o intolerável.

Referências

ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do código de menores de 1927**: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. 1989. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; ALVES, Kelly Ludkiewicz. Medicina Legal, Criminologia e Punição: aspectos da trajetória intelectual e profissional de Flávio Fávero (1895-1982). **Saúde, Ética & Justiça**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 57-65, 2012.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-34, 1998.

ARTIÈRES, Philippe; QUÉRO, Laurent; ZANCARINI-FOURNEL, Michelle. **Le groupe d'information sur les prisons**: archives d'une lutte (1970-1972). Caen: Éditions de l'IMEC, 2003.

AZEVEDO, Aluísio. **A condessa Vesper**: publicado em 1882 com o título Memórias de um Condenado. Rio de Janeiro: Garnier, 2011. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000020199&bbm/4815#page/4/mode/2up>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BLANC, Claudio. **Ex-presos políticos**: memórias e conquistas. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2014.

BORGES, Viviane T.; SALLA Fernando. A gestão da menoridade sob o Serviço Social de Assistência e Proteção aos Menores de São Paulo (1930-1940): encruzilhada de saberes. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 326-337, 2018.

CARNOCHAN, W. Bliss. The literature of confinement. In: MORRIS, Norval; ROTHMAN, David J. **The Oxford history of the prison**: the practice of punishment in Western Society. New York: Oxford University Press, 1995. p. 427-455.

CHULAM, Jaques. **Surfista, ex-drogado, ex-traficante**: diário de prisão de um surfista, ex-traficante, ex-presidiário. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2009.

COSTA, Wagner Veneziani (org.). **Letras de liberdade**. São Paulo: WB Editores, 2000.

FONSECA, Sérgio C.; NARITA, Felipe Ziotti. Os institutos disciplinares, a legislação sobre menoridade e a formação de setores estatais especializados em assistência a menores em São Paulo (1900-1935). **Projeto História**, São Paulo, v. 66, p. 290-322, set./dez. 2019.

FONTES, José Augusto Torres. **Marcou, dançou!**: manual de sobrevivência na cela. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. La vie des hommes infames. *In*: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001. p. 237-253.

FOUCAULT, Michel. Prefácio. *In*: LIVROZET, Serge. **De la prison à la révolte**: essai-témoignage. Mayenne: Mercure de France, 1973. p. 7-14.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Isaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

FREITAS, Julio (org.). **Soltando palavras**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRAMSCI, Antonio. **Lettere dal carcere**. Roma: Liberliber.it, 2017. *E-book*.

GIP - GROUPE D'INFORMATION SUR LES PRISONS; ARTIÈRES, Philippe. (org.). **Intolérable**. Paris: Éditions Verticales, 2013.

GUÉNO, Jean-Pierre (org.). **Paroles de détenus**. Paris: Libro, 2000.

JACKSON, George. **Blood in my eye**. New York: Random House, 1972.

JACKSON, George. **Soledad brother**. Chicago: Lawrence Hill Books, 1994.

JAGUAR. **As grandes entrevistas do Pasquim**. Rio de Janeiro: Codecri, 1975.

JOCENIR. **Diário de um detento**: o livro. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um**: uma história do Comando Vermelho. Petrópolis: Vozes: ISER, 1991.

LOMBROSO, Cesare. **Les palimpsestes des prisons**. Lyon: A. Storck Éditeur, 1894.

MAMEDE, Margarida C. **Cartas e retratos: uma clínica em direção à ética**. Curitiba: Altamira, 2006.

MANDELA, Nelson. **Cartas da prisão de Nelson Mandela**. São Paulo: Todavia, 2018.

MARTINEAU, Christine; CARASSO, Jean-Pierre. **Le travail dans les prisons**. Paris: Éditions Champ Libre, 1972.

MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MENDES, Luiz Alberto. **Às cegas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

NA CADEIA pública. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 11 jan. 1913. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=Michel%20Trad&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27623. Acesso em: 23 maio 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **Submundo: cadernos de um penitenciário**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.

NUNES, Tailane Santana. **A atuação parlamentar de Abdias Nascimento: luta antirracista e o processo de redemocratização política no Brasil (1983-1987)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2022.

PORTO, Ana Gomes. Memórias de um condenado e mistério da Tijuca, romances de crime. **Floema, Caderno de Teoria e História Literária**, Vitória da Conquista, v. VII, n. 9, p. 33-60, jan./jun. 2011.

A POSSE do novo diretor do Departamento de Presídios do Estado, **Correio Paulistano**, [s. l.], p. 3, 5 abr. 1945. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_09&pasta=ano%20194&pesq=Favero&pagfis=23052. Acesso em: 23 maio 2025.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo: Livraria Martins, 1970.

RAMOS, Hosmany. **Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

RAMOS, Hosmany. **Marginália**. São Paulo: Editora Clube do Livro, 1988.

RAP, André du. **Sobrevivente André do Rap (do Massacre do Carandiru)**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

RODRIGUES, Humberto. **Vidas do Carandiru: histórias reais**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume-Fapesp, 1999.

SALLA, Fernando. **Histórias de punição e resistência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

TORRES, André. **Esmaguem meu coração**. Petrópolis: Vozes, 1983.

TRAD e Habbis expulsos para a Síria, embarcam hoje em Santos. **Diário Nacional**, São Paulo, p. 4, 10 jan. 1928. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&pasta=ano%20192&pesq=Michel%20Trad&pagfis=1302>. Acesso em: 23 maio 2025.

TRAD, Michel. **As evasões celebres da cadeia pública de São Paulo**. São Paulo: A. Tisi & Cia, 1925.

TRÊS sentenciados provocaram desordens e agrediram cinco pessoas, **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 12, 27 mar. 1945. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_09&pasta=ano%20194&pesq=Favero&pagfis=22961. Acesso em: 23 maio 2025.

TRINDADE, Cláudia Moraes. **Ser preso na Bahia no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

WORLD PRISION BRIEF. **Changing patterns of imprisonment**. London: WPB, [2025?]. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/ten-country-prisons-project/changing-patterns-imprisonment>. Acesso em: 20 jan. 2025.